

DO NÃO DIZER PARA PRODUZIR SENTIDO: O SILENCIAMENTO EM CAPAS DAS REVISTAS VEJA E ISTOÉ

*DEL NO DECIR A PRODUCIR SENTIDO: EL SILENCIAMIENTO EN LAS
PORTADAS DE LAS REVISTAS VEJA E ISTOÉ*

Neilton Farias Lins¹
Sóstenes Ericson Vicente da Silva²

RESUMO: Este artigo se inscreve na Análise do Discurso, tomando como fundamento as proposições de Pêcheux (1997) e Orlandi (1997; 1992) tem por objetivo analisar como editoriais das revistas VEJA e ISTOÉ mobilizam memórias discursivas na produção de sentido por meio do dizer, do não dizer, do silêncio e do silenciamento, na interpelação do sujeito editor/autor. O recorte discursivo é composto por três capas dos semanários, selecionadas por sua relação com o cenário político brasileiro contemporâneo. A análise demonstrou como as relações intersemióticas entre imagens, jogos de cores e elementos linguísticos podem silenciar ou apagar efeitos de sentido negativos associados a termos como “ditadura”, “fascismo”, “golpe parlamentar”, sendo possível identificar as filiações discursivas e ideológicas que sustentam a posição do sujeito editorial, no funcionamento de uma memória discursiva institucionalizada, que retorna sob a forma de pré-construído.

Palavras-chaves: Acontecimento discursivo; 8 de janeiro; VEJA; ISTOÉ.

RESUMEN: Este artículo forma parte del Análisis del Discurso, basado en las proposiciones de Pêcheux (1997) y Orlandi (1997; 1992) y tiene como objetivo analizar cómo los editoriales de las revistas VEJA e ISTOÉ movilizan memorias discursivas en la producción de sentido a través del decir, el no decir, el silencio y el silenciamento, en la interpelación del sujeto editor/autor. El fragmento discursivo está compuesto por tres portadas de los semanarios, seleccionadas por su relación con el escenario político brasileño contemporáneo. El análisis demostró cómo las relaciones intersemióticas entre imágenes, juegos de color y elementos lingüísticos pueden silenciar o borrar los efectos negativos de significado asociados a términos como "dictadura", "fascismo", "golpe parlamentario", permitiendo identificar las filiaciones discursivas e ideológicas que sustentan la posición del sujeto editorial, en el funcionamiento de una memoria discursiva institucionalizada, que retorna en forma de pre-construidos.

Palabras clave: Acontecimiento discursivo; 8 de enero; VEJA; ISTOÉ.

¹ Graduação em Letras e Bacharelado em Direito pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Doutorado em andamento e Mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Professor de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Alagoas.

² Estágio Pós-Doutoral em Linguística (IEL/UNICAMP); Doutor em Letras e Linguística/Análise do Discurso (PPGLL/UFAL). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL/UFAL).

1 Introdução

As revistas ISTOÉ e VEJA são semanários de grande circulação no Brasil e, do ponto de vista discursivo, alinham-se a um discurso político-institucional que apaga certos significados para dar voz a outros. Neste trabalho, por ocasião do nosso interesse na cena política do país, voltamos o olhar para as capas dos referidos semanários, em suas relações intersemióticas, combinando cores, contrastes e elementos linguísticos, para silenciar certos efeitos de sentido. A partir de proposições da Análise do Discurso formuladas por Pêcheux (1997) e Orlandi (1997; 1992), buscamos analisar como editoriais das revistas VEJA e ISTOÉ mobilizam memórias discursivas na produção de sentidos por meio do dizer, do não dizer, do silêncio e do silenciamento, na interpelação do sujeito editor/autor.

Partimos do questionamento como editoriais de tais revistas materializam/silenciam dizeres para produzir determinados sentidos que contribuem para neutralizar os efeitos negativos associados a termos como “ditadura”, “fascismo”, “golpe parlamentar”, dentre outros?

Do ponto de vista procedimental, tomamos por referência o conceito de *recorte* desenvolvido por Eni Orlandi, para quem “a forma do recorte determina o modo da análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos” (Orlandi, 1999, p. 64). A partir da leitura em Orlandi (1996), nossa concepção é que o recorte não é apenas produto de uma interlocução discursiva estanque reproduzida nas capas das revistas citadas, mas “compreende também um contexto mais amplo, que é o da ideologia” (Orlandi, 2008, p. 22), cabendo destacar que “esse todo em que se constitui o texto é de natureza incompleta” (idem).

Essa concepção de recorte remete à incompletude da linguagem, do discurso e do sentido. Se “a linguagem não é precisa, nem inteira, nem clara, nem distinta”, deve-se à condição de que a incompletude da linguagem reflete “o lugar do possível, é condição do movimento dos sentidos e dos sujeitos. É na incompletude que inscrevemos a questão do silêncio” (Orlandi, 2007, p. 71). Nessa perspectiva, “o sentido do texto não se aloja em cada um dos interlocutores separadamente, mas está no espaço discursivo criado pelo (nos) dois interlocutores” (Orlandi, 2008, p. 23). Sendo o discurso “efeito de sentidos” entre locutores (Orlandi, 2008, p. 23), ganha fôlego a noção de que o sentido não é elemento embrionário, presente em um interlocutor de forma isolada, mas se constitui um espaço múltiplo de movimento de sentido, no discurso de dois interlocutores, constituídos historicamente, socialmente e ideologicamente.

Além disso, cabe destacar que um recorte retoma diversos tipos de discurso, a depender da configuração das condições de produção e do objetivo da análise que se propõe. Diferenciando texto e recorte, Orlandi (1984, p. 16) considera que o texto se constitui como um todo organizado em recortes e “esse todo tem compromisso com as tais condições de produção, com a situação discursiva”. Para a autora, “esse todo” cria uma conexão com outros textos, e no intervalo entre um e outro, não há necessariamente nenhum interlocutor no espaço discursivo constituído pelos interlocutores. Por sua vez, os recortes de um todo são determinados pelas formações discursivas, pois tendem a representar diferentes momentos no processo histórico, bem como o caráter distintivo que um e outro momento desempenham na produção de pontos de vista significativos diferentes.

Concordamos com Lagazzi (2009, p. 67), ao afirmar

a noção de recorte como organizadora desta reflexão sobre o trabalho analítico discursivo na intersecção das materialidades verbal e visual. Proponho a reatualização do questionamento de Michel Pêcheux sobre “a relação entre a imagem e o texto, no entrecruzamento desses dois objetos”, para compreender essa relação no jogo da textualização entre o verbal e o visual, entre língua e imagens, em recortes significantes circunscritos na memória discursiva.

Desse modo, pensar a noção de *recorte* é, sobretudo, reconhecer que a compreensão teórica só se concretiza quando é desenvolvida na prática analítica. Nessa perspectiva, o recorte discursivo desta análise é composto por três capas dos referidos semanários, considerando-se a polissemia (o novo e diferente), que é o processo da instauração de múltiplos sentidos para o dizer, e a paráfrase (o mesmo), que é a manutenção do sentido igual sob diferentes formas de um dizer. Para Orlandi (1999, p. 68), “os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”. Sobre esse aspecto, cabe verificar o que é o novo e o que é o mesmo, presentes nos discursos desses semanários, daquilo que é dito ou não dito e do que é silenciado para produzir sentidos.

O texto trará em três seções, a primeira versará sobre os pontos e contrapontos entre acontecimento histórico, discursivo e jornalístico, a segunda sobre “as formas de [não] dizer”, que refletirá sobre as noções de silêncio proposta por Orlandi (1997), Ducrot (1987), Paveau (2006), possibilitando uma dialética dessas noções, por último, a seção “as formas do silêncio” a qual tratará uma análise do processo de silenciamento, paráfrase e polissemia nas revistas VEJA e ISTOÉ.

2 No discurso jornalístico, o acontecimento

De acordo com Peres (2014, p. 25), “as revistas são um recorte da realidade, representando crenças e saberes ligados não só as condições de produção nas quais são elaboradas, mas intimamente vinculadas à FD³ do grupo editorial”. A concepção de realidade, aqui discutida, não corresponde necessariamente a um fato histórico. Dela-Silva (2008, p. 17) afirma que o “acontecimento discursivo não está relacionado, como os acontecimentos histórico e jornalístico, a um referente, à ocorrência ou existência de um fato material no mundo”.

Em nossa análise, adotamos o conceito de *acontecimento discursivo* proposto por Pêcheux (2002, p. 17), enquanto o que se produz “no ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória”, razão pela qual consideramos que esse encontro realizado diz respeito à identificação, à contraidentificação ou à desidentificação do sujeito do discurso com uma dada formação discursiva, por meio do processo de interpelação ideológica. Nesse sentido, o real ou o verdadeiro no discurso jornalístico é efeito de sentido produzido pela ideologia.

Nessa perspectiva, os semanários esboçam e conjecturam, visando revelar as chaves explicativas⁴ dos acontecimentos (histórico ou discursivo). Tal pretensão produz um efeito de

³ *Formação discursiva*, a ser definida mais adiante.

⁴ Aldé (2001, p. 26) define *chaves explicativas* como “chaves de compreensão do mundo e os quadros de referência na construção da opinião do cidadão comum sobre a política”.

sentido *verdadeiro* para os leitores, uma vez que, o que é dito põe-se a transitar, única perspectiva sobre os acontecimentos, tornando-os simples esclarecimentos, sem abrangi cada um dos acontecimentos históricos, numa dimensão mais extensa.

Em se tratando dos conceitos de acontecimentos – histórico, jornalístico (enunciativo), discursivo –, embora conversem entre si, há que se diferenciá-los. Para Dela-Silva (2008), o “acontecimento histórico consiste em um fato que, por sua relevância enquanto ocorrência no mundo, passa a ser rememorado na história” (Dela-Silva, 2008, p. 02), nas palavras de Indursky (2003, p. 112), para que haja um acontecimento histórica, é necessária a que haja a discursivização de sentidos. Noutros termos, o acontecimento histórico é aquele fato que requer interpretação, e o fato histórico reivindica sentidos tanto na ordem do repetível como na ordem do novo. De modo que, os sentidos produzidos e as interpretações (re)elaboradas oriundas de um fato histórico geram o processo de discursivização e, assim, o acontecimento histórico é (re)significado, disso irrompe o acontecimento discursivo.

Tal concepção corrobora o pensamento de Guimarães (2002, p. 11), para quem na “constituição do acontecimento (histórico ou na história) se instala a temporalidade”, daí que “o acontecimento não é *apenas*⁵ um fato no tempo”, ou seja, algo que se deu em determinada circunstância. Por isso, o acontecimento não é “um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo”, uma vez que “a temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos”, (Guimarães, 2002, p. 12), na perspectiva de Indursky (2003, p. 112), “um acontecimento histórico clama por sentidos que o discursivizem”.

Para Dela-Silva (2008, p. 02), num “olhar discursivo [...] o acontecimento histórico, enquanto acontecimento da ordem das práticas humanas, pode ser discursivizado de diferentes formas e produzir efeitos de sentido diversos”. Essa discursividade do acontecimento histórico, produz um diálogo entre acontecimento discursivo e acontecimento histórico, essa discursividade irromper um novo efeito de sentido, deixando de ser acontecimento histórico para se constituir acontecimento discursivo.

Em contrapartida, cabe o acontecimento histórico rememora o fato, e ao discursivizá-lo, poderá irromper novos sentidos, refletindo o surgimento de um acontecimento discursivo. Já acontecimento jornalístico, como nos fez saber, Dela-Silva (2008),

trata-se de uma ‘narrativa de acontecimentos contemporâneos à sua enunciação’. Esses acontecimentos, no entanto, são selecionados pelo jornalista dentre as inúmeras ocorrências de um dado período, a partir de critérios como o interesse do público e a atualidade (Dela-Silva, 2008, p. 02).

Cabe mencionar, que nessa pesquisa, nossa escolha será pautada no acontecimento jornalístico e/ou histórico, por entender, a *priori*, que os recortes que farão parte de nosso *corpus*, não irrompem novos sentidos, nesse sentido, será feito um cotejo do “inédito”, “improvável” e “interessante”, uma vez que não fará sentido se a manifestação da notícia não tem um suposto ineditismo, isso porque não será interessante uma informação que não seja atual, que não produza esse efeito de atualidade no leitor.

Ainda sobre acontecimento jornalístico, Fonseca e Mota (2014, p. 286) discorrem que

⁵ Inserção nossa.

esse tipo acontecimento é constituído por uma sequência narrativa de fatos, que se sustenta na existência de sujeitos enunciadoreis. Tal acontecimento poderá construir determinadas realidades e/ou atribuir ao leitor novas formas de práticas sociais.

É das lavras de Fonseca e Mota (2014, p. 286) a compreensão de que

o acontecimento jornalístico é transição, muito mais que simples ocorrência, uma vez que percorre o passado pelo fato acontecido, liga o ocorrido ao presente, e reconhece futuros possíveis, interferindo dessa forma no vir a ser, na reconfiguração dos efeitos de sentidos e de real.

Noutros termos, assim como no acontecimento histórico, a discursivização pode produzir um acontecimento discursivo, por irromper novos sentidos, como “On a gagné” em Pecheux (2002), de igual modo, um acontecimento jornalístico poderá irromper novos sentidos⁶. Ao refletir sobre “o encontro entre uma atualidade e uma memória” em (Pêcheux, 1990, p. 17), nosso gesto de leitura é que, o encontro de um novo sentido com um acontecimento, seja ele acontecimento histórico ou jornalístico, promove inter-relação entre sujeitos do discurso e abre novas possibilidades de significar. O que coaduna com o pensamento de Courtine (2009, p. 114), para quem, “a inscrição do acontecimento dos enunciados confere a suas relações o efeito de uma lembrança ou de uma refutação imediatas”. Essa refutação produz novo sentido, rompendo com a memória.

No recorte desta análise, enunciados que reproduzem acontecimentos jornalísticos se impõem como realidade sobre a política brasileira ou enquanto verdades postas em circulação pelas revistas ISTOÉ e VEJA, sobretudo enquanto expressões ideológicas de um Estado neoliberal ou neokeynesiano⁷, que se inscrevem em uma dada formação ideológica, influenciando as práticas políticas e sociais, em relações de poder a serviço do capital.

Para Pêcheux, as formações discursivas são entendidas como um conjunto de práticas discursivas que determinam o que pode ser dito em um determinado contexto social. Pêcheux argumenta que essas formações estão interligadas a formações ideológicas, que, por sua vez, influenciam a constituição dos sujeitos no discurso. Em suas palavras,

apoiando-nos em grande número de observações contidas no que chamamos de “os clássicos do marxismo”, nós sustentaremos a ideia de que as formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito [...], a partir de uma dada posição numa dada conjuntura (Pêcheux, 2011, p. 73).

O que é produzido nos referidos semanários se sustenta numa *práxis* institucional, que, a partir da linha editorial, estabelece uma totalidade de verificações como saber dominante subscrito na ideologia. Nessa perspectiva, as revistas ISTOÉ e VEJA se inscrevem numa

⁶ Porém, cabe enfatizar que o acontecimento discursivo pode não coincidir com o acontecimento jornalístico ou com os registros de um fato na história.

⁷ Os neokeynesianos apoiam a existência de uma economia de mercado regida por uma regulação econômica mínima por parte do Estado a fim de coibir e corrigir as falhas de mercado inerentes ao sistema capitalista.

perspectiva dominante, produzindo identificação com seus leitores, que geralmente são interessados em política, economia, cultura e eventos atuais: dito de outra forma, a classe burguesa. Conforme Ota (2011, p. 12), o público das respectivas revistas é “constituído basicamente das classes A e B1, é formado por pessoas que desempenham papéis relevantes para a manutenção do *status quo*, através de suas práticas ideológicas: são os formadores de opinião, dada a posição que ocupam na sociedade”, conforme a própria VEJA apontou, na sessão de Carta ao Leitor:

Quando se isolam os leitores de classe A, com renda familiar acima de vinte salários mínimos, VEJA atinge 57% na pesquisa de lembrança de marca. Isso significa que, de cada dez brasileiros que estão no topo da pirâmide social, seis têm a revista como referência principal em seu gênero (VEJA, Carta ao Leitor, 16/9/2009).

Nesse sentido, realçamos o processo de interpelação ideológica, o qual produz a identificação desses leitores com determinadas formações discursivas com as quais as revistas se filiam, ao tratarem sobre acontecimentos jornalísticos da política ou de outros temas, como economia, ciência, cultura etc.

3 Das formas de [não] dizer

Orlandi (1997) formula uma concepção de silêncio considerando que não é preciso dizer para significar, contrapondo-se a concepção ducrotiana de implícito. Tendo em conta que o silêncio representa, não fala, para Orlandi (1997), o conteúdo significativo do silêncio é distinto daquele da linguagem verbal.

Conforme Ducrot (1987, p. 20), o não dito (como categoria da linguística da enunciação) funciona como um “dizer alguma coisa sem, contudo, aceitar a responsabilidade de tê-la dito”, reproduzido por meio de uma diversidade de recursos, tais como implícitos, denegações, discursos oblíquos, figuras de linguagem, trocadilhos, chistes, frases feitas, provérbios, piadas e injúria. Segundo o referido autor, pode-se dizer que o problema do não dito.

é saber como se pode dizer alguma coisa sem, contudo, aceitar a responsabilidade de tê-la dito, o que, com outras palavras, significa beneficiar-se da eficácia da fala e da inocência do silêncio. [...] A significação implícita, por sua vez, pode, de certo modo, ser posta sob a responsabilidade do ouvinte: este é tido como aquele que a constitui por uma espécie de raciocínio, a partir da interpretação literal da qual, em seguida, ele tiraria, por sua conta e risco, as consequências possíveis (Ducrot, 1987, p. 20).

Na perspectiva da Análise do Discurso, é preciso distinguir a “inocência de silêncio” ducrotiana daquilo que Paveau (2006)⁸ chamou de “pré-discurso”, enquanto o que é anterior ao

⁸ Formulação desenvolvida a partir de Foucault (1971), Lacan (1985) e Pêcheux (1969).

discurso. Conforme a referida autora, “as produções verbais [...] não surgem por geração espontânea, mas são baseadas em dados preliminares que escapam em grande parte à consciência e ao controle do sujeito” (Paveau, 2006, p. 09). Essas produções verbais produzem sentidos, mas “não há sentidos prévios, uma vez que o discurso não antecede a prática humana que o elabora” (Paveau, 2006, p. 09). Desse modo, o que vem antes do discurso não está no mundo discursivo, sendo de outra natureza. Nessa direção,

[...] o que entendo por pré-discursivo não é diretamente da ordem do discurso, se por discurso queremos dizer produções verbais materiais. [...] Os pré-discursos não são os discursos feitos antes, mas sim as vanguardas do discurso. Eles são, de fato, parte dos quadros de conhecimento e crença que informam diretamente os discursos produzidos (informações de natureza enciclopédica ou estereotipada) e pertencem a essa “instância pré-linguística” (Paveau, 2006, p. 11, tradução nossa)⁹.

Para Paveau (2006), o morfema afixo (*pré*) posto anteriormente ao substantivo “discurso” apresentam característica de anterioridade temporal, por isso o falante detém conhecimento prévio, processado e armazenado, mesmo antes de produzir o discurso, o que não impede que esses elementos de saber também sejam construídos e negociados de forma coletiva no discurso, ao mesmo tempo que são apresentados como pré-discursivos. Paveau (2006, p. 12) afirma que “os pré-discursos são postados em uma ampla variedade de lugares, tanto mentais quanto sociais, uma vez que fazem parte de uma cognição distribuída no espaço discursivo, em particular via memória”, essa, porém, não é a concepção defendida pela análise materialista do discurso. No entanto, a noção desenvolvida por essa autora ganha destaque nessa discussão como um contraponto à teoria ducrotiana, por outro lado, é contraposta pelo que a análise do discurso, a qual nos filiamos, defende nesse espaço da memória que se situa o silêncio, o que não pode ser dito, o que se esqueceu de dizer, o que foi apagado exatamente para não dizer “se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito”, conforme Orlandi(1997, p.73).

Vejamos que a intenção (de dizer e/ou de não dizer) decorre de um sujeito compreendido como o resultado apenas do que há dentro, de um mundo mental individual, subjetivo, esfera privilegiada de vivências presentemente alcançáveis e absolutamente certas para o “eu” que as empreende, autor do seu dizer. Tal concepção se alicerça no “subjetivismo psicologista”, conforme a crítica desenvolvida por Pêcheux. Nesse sentido, a intenção é oriunda de uma pretensão de coerência e identidade do fluxo da ação, apreendida pelos traços de diferenciação e coesão narrativas. É o que distingue a ação do puro acontecimento que é causado. Expor uma ação como realizada, de forma premeditada é defini-la a partir da razão que o sujeito da ação teve de fazer (ou não) o que fez. Ou seja, uma ação intencional é uma ação feita por uma razão de natureza subjetiva. A narrativa, pois, torna razoável a ação narrada, atribuindo-lhe uma razão de ser ou uma motivação do sujeito que enuncia.

⁹ “que ce que j’entends par prédiscursif n’est pas directement de l’ordre du discours, si l’on entend par discours des productions verbales matérielles. Je n’intègre pas dans les prédiscours les discours rapportés ou les énoncés bases des reformulations par exemple. Les prédiscours ne sont pas les discours tenus avant, mais plutôt les avants du discours. Ils relèvent en effet des cadres de savoir et de croyance qui informent directement les discours produits (informations de nature encyclopédique ou stéréotypique) et ressortissent à cette « instance prélinguistique » qu’épingle F. Rastier dans sa critique de l’analyse du discours française (ce qui a au moins le mérite de fournir une définition efficace des données prélinguistiques)” (Paveau, 2006, p. 11).

Entretanto, a Análise do Discurso materialista propõe a compreensão do já-dito no dito e no não dito, pois existe uma afinidade expressiva entre o dizer e o não dizer. Desse modo, parte-se do dizer, de suas condições históricas de produção e do vínculo estabelecido com a memória discursiva, com aquilo que se chama de “saber discursivo”, e vai em direção à acepção do não dito, daquilo que é silenciado ou que compõe tanto a formulação quanto a circulação de sentidos.

4 As formas de silenciar

Orlandi (1999, p. 85) enfatiza que “as palavras se acompanham de silêncio e são elas mesmas atravessadas de silêncio”. Em *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*, a autora define o silêncio como a garantia do movimento de sentidos:

Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É silêncio significante [...]. Ele é, sim, a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do “um” com o “múltiplo”, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa (Orlandi, 1997, p. 23).

Tendo em conta o objetivo desta análise, cabe salientar que a razão da escolha das referidas capas levou em consideração que, a partir delas, era possível mobilizar os dispositivos teórico-analíticos, para avançar no gesto de interpretação das memórias discursivas na produção de sentidos. Nessa perspectiva, o que não é dito para não dizer outro sentido (silêncio), o que não é dito, mas é entendido (os implícitos) ou o que é silenciado (silenciamento ou política do silêncio) constitui o sentido fundamental do que a ISTOÉ e a VEJA veiculam em suas capas.

Figura 01 – VEJA – O que pensam os militares



Fonte: IstoÉ - maio de 2020.

A figura 01, por exemplo, trouxe em sua capa a seguinte manchete: “O QUE PENSAM

OS MILITARES” e o lide¹⁰: “O clima na caserna subiu ao ponto máximo com a nova convocação do Presidente Bolsonaro para que as forças armadas enfileirassem tropas a favor de um movimento antidemocrático não deu certo. Os generais, mais uma vez, vieram reiterar o respeito à Constituição. O que sairá desse cabo de guerra?”.

No jogo de cores, sombras e figuras, é possível estabelecer um paralelo com a análise feita por Orlandi (1999), ao analisar o dizer “vote sem medo!”, pintado em letras brancas em uma faixa na cor preta, por ocasião de uma eleição em um *campus* universitário. Para Orlandi (1999, p. 29), “a faixa negra traz em si uma memória. Se a observamos do ponto de vista da cromatografia política, o negro tem sido a *cor do fascismo*, dos conservadores, da ‘direita’ em sua expressão política”. Para contrapor esse efeito de sentido produzido pela faixa, a autora propõe que se faça a mesma faixa, mas que, em vez das cores branca e preta, sejam usadas as cores branca e vermelha, nessa ordem, faixa branca e letras de cor vermelha.

De acordo com Orlandi (1999), “a cor vermelha está ligada historicamente a posições revolucionárias, transformadoras. Sobre fundo branco, as palavras ‘com coragem’ fazem apelo à vida, ao futuro, à disposição de luta”. Desse modo, a contraposição dessas duas faixas produzidas com cores diferentes é capaz de produzir efeitos de sentidos opostos, visto que aciona memórias discursivas, que estão silenciadas ou apagadas, para produzirem identificação, contraidentificação ou desidentificação do sujeito que se inscreve no discurso.

A estratégia usada pela referida capa corrobora a sua manchete principal, sobreposta em branco sobre um fundo escuro, além do coturno preto sob o reflexo de uma luz branca. Assim, esses elementos podem acionar uma memória discursiva relacionada à Ditadura Militar de 1964, quer seja para reforçá-la, quer seja para silenciar outros dizeres sobre ela, por exemplo, costuma-se denominar de “Regime Militar” ou “Governo Militar”, apagando-se os efeitos de sentido negativos que o termo “Ditadura” mobiliza e indo-se ao extremo possível por meio da sua negação.

Por sua vez, assim como o dizer “Apesar de você” (Amaral, 2024) (que remete ao título de uma música de Chico Buarque de 1970, censurada pelo Ditadura Militar), o nome da revista ISTOÉ expresso em vermelho e sobre ele a bandeira branca, indicando um pedido de trégua, em seu conjunto, são elementos de inscrições ideológicas de resistência ou uma tentativa de se inscrever numa ideologia dita de oposição. Tal inscrição ideológica se confirma com a chamada feita pela ISTOÉ no enunciado “Apesar de você, nós não vamos nos calar, Bolsonaro”, na qual a revista se coloca como oposição ou como porta-voz de um discurso de resistência, diante do comportamento do então presidente em seu relacionamento com os atos antidemocráticos e na sua afinidade com os generais que comandavam as forças armadas no país.

Na concepção de Orlandi (1999, p. 29), a memória discursiva é definida como “um saber discursivo que torna possível todo dizer e que retoma sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. Nessa perspectiva, para falar de silêncio é preciso perceber um lugar de discussão mais amplo, que é a memória. Para a referida autora, “não há como não considerar o fato de que a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos” (Orlandi, 1999, p. 58).

Sendo o silêncio um elemento vinculado à memória discursiva, bem como uma contraparte do esquecimento, o esquecimento produz novos sentidos ou se esquece com o

¹⁰ *Lide* (lead): o lide ou *lead* (em inglês), em termos jornalísticos, é a introdução e apresentação do conteúdo.

objetivo de produzir sentidos novos aos já foram possíveis, mas que, de alguma forma, foram apagados ou silenciados. Tratando da memória discursiva, Achard *et al.* (1999, p. 17) discorrem que a “memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação. então, deve ser tomada, não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer a retomada e a circulação do discurso”.

Teórica e analiticamente, há uma relativa distinção entre o silêncio e o apagamento, havendo um espaço fronteiro tênue entre essas duas noções. O silêncio se situa como forma de resistência, entre o apagar e o aparecer, uma vez que a resistência faz o analista mobilizar a potência que está no silêncio. Já o apagamento é da ordem político-institucional, conforme Orlandi (1997), a exemplo dos discursos apagados sobre crimes que aconteceram durante períodos ditatoriais mundo a fora, como na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, nos *gulags* na ex-União Soviética, na Ditadura Militar no Brasil, dentre outros, os quais foram apagados, por meio de discursos que, de início, silenciaram os sentidos desses acontecimentos históricos, depois tentaram apagá-los da memória coletiva.

O não dito é compreendi, não apenas algo indizível, ausência de palavras ou, sentidos silenciados, como diz Orlandi (1990), “não-sentidos”, podendo ser multiplamente significativo. Em se tratando da política do silêncio, por sua vez, a autora considera que o silêncio poderá ser visto sob duas vertentes: “silêncio constitutivo” e “silêncio local”. A primeira vertente corresponde ao fato de que, em cada enunciado proferido, um sentido se apaga de forma sacrificial para se construir um sentido novo, a partir do enunciado dito, ou seja, tal vertente corresponde à ideia de dizermos uma coisa para não dizer outra. A segunda vertente corresponde à censura de enunciado, que, ao ser proibido de circular, produz outros sentidos, referindo-se a censura propriamente “àquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura” (Orlandi, 1997, p. 68).

De acordo com Orlandi (1990, p. 31), “assim como a linguagem, o silêncio não é transparente e significa multiplamente”, isso porque, se as palavras significam multiplamente, o silêncio também produz sentidos múltiplos. Nessa direção, “como o silêncio não fala, não é possível traduzi-lo em palavras”, ou dizer o que significa em palavras, pois, apagam-se as palavras, ou não deve ser encarado apenas do ponto de vista da negatividade, isto é, da falta de palavras, pois não são as palavras que significam, mas sua ausência, tendo em vista que “o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é” (Orlandi, 1990, p. 31). Logo, o sentido não está no que não foi posto, mas no que se deixou de dizer.

Figura 02 – VEJA – O golpe no banco dos Réus



Fonte: Veja – abril de 2023.

Noutras palavras, não é o preenchimento do vazio de palavras que é significativa, “mas o silêncio que significa no contexto em que se produz” (Orlandi, 1990, p. 50). Para Pêcheux e Fuchs (1975), o que se diz ou se deixa de dizer é governado pelas diferentes formações discursivas, que determinam “o que pode e deve ser dito numa conjuntura dada a partir de uma certa posição do sujeito”, Pêcheux e Fuchs (1975, p. 160). Na relação de sentido produzida pelo silêncio, a linguagem aprisiona ou camufla o sentido produzido, bem como evita que ele signifique o que não se quer ou não se pode significar, ou, ainda, a ideologia interpela o sujeito do discurso a dizer apenas o que a formação discursiva com a qual o sujeito se identifica permite, levando-o a dizer X e a deixar de dizer (silenciar) Y.

Esse vazio ou essa incompletude é fundamental no dizer, uma vez que é capaz de produzir a possibilidade do múltiplo, base da polissemia. E é o silêncio que preside essa possibilidade. A linguagem empurra o que ela não é para o “nada”. Mas o silêncio significa esse “nada”, multiplicando-se em sentidos: quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidades de sentidos se apresentam (Orlandi, 1996, p. 47).

Para Orlandi (1990, p. 52), “se diz “x” para silenciar “y”, o sentido indesejável, descartado, que se inscreveria em “outra” formação discursiva. O “y” representa um discurso silenciado daquilo que foi dito”. Isso corrobora a noção de que se produz um sentido para não produzir, ou para apagar outros, nesse aspecto, conforme Orlandi (1990, p. 52), “se digo selvagem para o índio, não posso dizer cidadão, não apenas deixo de reconhecê-lo como cidadão, mas excludo-o da condição cidadão do ponto de vista jurídico e humano”.

A política de silêncio assujeita o sujeito discursivo a uma determinada formação discursiva; nesse processo de cerceamento de sentido, o sujeito é impelido a significar ou a produzir sentidos ou discursos que se vinculem à formação discursiva e/ou ideológica a que pertence ou com a qual se identifica, silenciando ou sendo silenciado por outros discursos. Assim, o que é silenciado em uma dada formação discursiva pode ser dito em outra. Embora não seja elemento observável, o silêncio não se constitui um vazio, ou não está vazio, uma vez que ele compreende algo que sentimos e que está lá.

Figura 03 – VEJA – O dia que não terminou



Veja – junho de 2023.

Como na análise voltada à capa anterior, que é marcada pela relação intersemiótica das cores no jogo de imagens e dizeres, nas capas das revistas VEJA e ISTOÉ, agora com referência ao fatídico 8 de janeiro de 2023 e à tentativa da tomada do poder, o encadeamento intersemiótico constitui elemento essencial para o estudo da memória discursiva mobilizada. Das três capas que tratam do tema, os dois semanários na Figura 02 e Figura 03 apresentam características semelhantes, a exemplo da predominância de cores escuras, diferindo das cores amarelo e branco.

Na edição da revista VEJA, de 26 de abril de 2023, Figura 02, vê-se a manchete principal “O GOLPE NO BANCO DOS RÉUS”, em branco, com fundo preto, o que pode relacionar uma referência ao fascismo e o movimento bolsonarista, dado o realce de silhuetas em amarelo, dispostas como um “efeito manada”. Entre as capas de abril e de junho, há elementos discursivos que dialogam com trabalho da memória - “8 de janeiro de 2023 - O DIA QUE NÃO TERMINOU” no discurso veiculados na Figura 03.

Figura 04 - ISTOÉ - ‘terrorismo’, é hora de punir.



Fonte: IstoÉ – janeiro de 2023

Nas capas da ISTOÉ, que fazem referência ao mesmo acontecimento histórico, o movimento de sentido se repete, a exemplo da edição ano 45, de 19 de janeiro de 2023, cuja manchete principal é “ ‘terrorismo’ - É HORA DE PUNIR”, na qual é possível fazer o gesto de leitura que o jogo de cores e a relação discursiva entre o acontecimento jornalístico e acontecimento histórico se mantém predominante. Mesmo percebendo efeitos de sentido que essas cores mobilizam para a associação do referido evento com os grupos dele participantes e as cores estampadas nos semanários, a nossa análise se volta aos efeitos de sentido produzidos pelos lides em cada capa, bem como pelos enunciados que aparecem como menor destaque, mas que constróem os efeitos de sentido pretendidos pela editoria de cada um dos semanários.

Conforme anteriormente apresentado, lembramos que a edição da VEJA, de 12 de junho de 2023, veiculou em sua capa a seguinte manchete:

Figura 05 – VEJA – O dia que não terminou



Fonte: Veja – junho de 2023

O enunciado centralizado e em caixa alta “O DIA QUE NÃO TERMINOU” possibilita construir um paralelo com os livros “Os dez dias que abalaram o mundo”, do jornalista John Reed; “1922: A semana que não terminou”, de Marcos Augusto Gonçalves; e “1968 – O ano que não terminou”, de Zuenir Ventura. Todos esses livros têm em comum a revolução popular e a importância de acontecimentos marcantes para a história contemporânea.

No caso do livro “Os dez dias que abalaram o mundo”, o autor esteve presente na Rússia durante a Revolução de Outubro de 1917, e seu livro oferece um relato em primeira mão dos eventos que levaram à queda do governo provisório e à ascensão dos bolcheviques ao poder. Como jornalista e observador direto, John Reed documentou os acontecimentos com detalhes vívidos e realistas, fornecendo um olhar único e imersivo sobre a Revolução Russa.

O livro “1922: A semana que não terminou”, de Marcos Augusto Gonçalves, expõe uma compreensão mais profunda da história política e social do Brasil no início do século XX, contribuindo para que os leitores compreendam as raízes dos desafios e das questões que ainda impactam o país. A referida obra lança luz sobre um dos momentos mais importantes e marcantes da história do Brasil: a Revolução de 1922, que ocorreu em São Paulo e foi um marco significativo no contexto da Primeira República brasileira.

No livro “1968 – O ano que não terminou”, Zuenir Ventura apresenta uma profunda reflexão dos acontecimentos do ano que intitula sua obra, refletindo sobre a importância desses eventos para os movimentos sociais e culturais posteriores, como os protestos estudantis, as manifestações contra a Guerra do Vietnã, a revolta de maio de 1968 na França e a Primavera de Praga na Tchecoslováquia. No plano político brasileiro, o ano de 1968 foi marcado pelo movimento estudantil, que desempenhou um papel importante na luta contra a Ditadura Militar. A Revolta de Tlatelolco no México, os protestos em Paris e a Primavera de Praga também representaram desafios às autoridades, dentre outros legados que os movimentos sociais e culturais impulsionaram para a transformação, tanto na sociedade brasileira quanto em outras partes do mundo.

Nesse direção, a memória discursiva mobilizada pela editoria da revista contribui para um deslizamento do sentido de “Revolução”, uma vez que a editoria situa a identificação da revista VEJA acima da imagem que remete à justiça e refere-se aos acontecimentos de 8 de janeiro de 2023 como “golpe” e “réu”, acusado pelas ações de vandalismo, muito mais do que pela tentativa de tomada do poder, por parte do extremismo da ultradireita bolsonarista. Logo, há uma ressignificação ou uma quebra de sentido proposta pelo editoria (em posição de testemunha acima dos acontecimentos), quando mobiliza uma memória discursiva de golpe e um deslizamento provocado pelo sentido de que as pessoas que participaram do 8 de janeiro faziam parte de um “movimento popular”..

De acordo com Orlandi (1999, p. 37), há uma relação entre a paráfrase e a polissemia, porque, enquanto a paráfrase é definida como a “matriz do sentido”, a polissemia, mais do que um movimento centrípeto, ou de estabilização de significado, caracteriza-se como “fonte da

linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer” (Orlandi, 1999, p. 38).

No que se refere a esta análise, o deslizamento de sentido produzido pelo enunciado “O DIA QUE NÃO TERMINOU” consiste em elemento essencial na produção de efeitos de sentido, porque o editorial produz um movimento de sentido distinto do objeto simbólico. Os entrelaçamentos entre repetição, memória e sentidos possibilitam um outro discurso, inclusive contrário aos livros, *Os dez dias que abalaram o mundo – John Reed; 1922: A semana que não terminou – Marcos Augusto Gonçalves*, por último não menos importante *1968: O ano que não terminou – Zuenir Ventura*, essa discursividade impõe o sentido de Revolução, enquanto aquela paráfrase mobiliza saberes de outra ordem discursiva. Nesse sentido, concordamos com Soares (2007, p. 183), para quem “os sentidos vão se estabelecendo através de já ditos ou já construídos, ora retomando discursos em forma de paráfrase e reproduzindo sentidos, ora em uma disputa acirrada de efeitos discursivos”.

A edição da revista ISTOÉ, de 19 de janeiro de 2023, traz a seguinte manchete principal:

Figura 06 – VEJA - ‘terrorismo’, é a hora de Punir



Fonte: IstoÉ – janeiro de 2023.

Do ponto de vista discursivo, a formulação deste enunciado possibilita questionar porque foram usadas tais cores e não outras, além do destaque ao termo ‘terrorismo’, disposto na cor branca e sobre um fundo preto. O semanário ao invés de usar o termo ‘vandalismos’ ou ‘extremismos’ optou por usar ‘terrorismo’ e ao invés de usar ‘manifestante’, fez uso do termo ‘extremista’, como uma espécie de deslizamento do discurso no jogo entre paráfrase e polissemia, na manutenção do dizer e na ruptura do processo de significação.

Consoante (Orlandi, 1999, p. 36) “toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos”, cabendo observar que esse jogo não se dá de forma aleatória entre palavras não ditas, mas por meio de palavras que já foram ditas, produzindo um efeito de sentido não dito, pois é “entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam” (Orlandi, 1999, p.36). Ao mexer na rede de filiação de sentidos, entre ‘vandalismo’, ‘extremista’, ‘terrorismo’ e ‘manifestante’, o semanário significa, ou se significa, inscrevendo-se em uma formação discursiva.

Lembramos que a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 09 de dezembro de 1994, a partir Resolução nº 49/60, adotou o conceito de “ ‘terrorismo’ ” como a prática de “atos criminosos planejados ou calculados para provocar estado de terror no público em geral, num grupo de pessoas ou em particulares por motivos políticos” (ONU, 1995).¹¹ Já “vandalismo” é definido como a ação de destruir ou danificar uma propriedade alheia de forma intencional, seja esta pública ou privada, geralmente sem motivo aparente ou com o propósito

¹¹ Resolução da Assembleia Geral da ONU nº 51/210, de 16 de janeiro de 1997.

de causar ruína. Esse termo inclui danos à propriedade, como grafite ou pichação e desfiguração direcionada a uma propriedade sem a permissão do dono¹². Já o termo “extremismo”, em política, refere-se a doutrinas ou modelos de ação política que preconizam soluções extremas, radicais e revolucionárias, para os problemas sociais.

Cabe destacar que o crime de vandalismo em nosso ordenamento jurídico pode ter duas aplicações, com pena de detenção de um a seis meses, ou multa de um a seis salários mínimos, se o dano for contra patrimônio alheio (de terceiro), e de detenção de seis meses a três anos e multa, se o vandalismo for contra patrimônio público.

Para além das implicações da paráfrase e da polissemia nos termos em questão, o enunciado “É HORA DE PUNIR” possibilita questionar: se agora é hora de punir, antes não era? Puni-se hoje porque antes não se punia? Mais ainda, se “É HORA DE PUNIR”, houve um tempo em que não foi? Se houve um tempo em que não se punia o ‘terrorismo’, os atos do passado seriam menos graves do que os de 8 de janeiro?

Quanto ao termo ‘terrorismo’, cabe ainda destacar que assumir os atos de 8 de janeiro como ‘terrorismo’ implica que os seus responsáveis devem ser punidos com uma penalidade mais severa, que é a de 12 a 30 anos de reclusão, sem direito à fiança. A relação entre a paráfrase e a polissemia produz normalmente a associação à um novo, um possível, um diferente, a partir de uma matriz de sentido, a exemplo do que o enunciado “8 de janeiro” possibilita dizer, golpe, ‘terrorismo’ etc.

Conforme Orlandi (1999, p. 37), “os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros. Todavia nem sempre o são. Depende de como são afetados pela língua, de como se inscrevem na história”. Nessa disputa de sentido ou complementariedade de novos sentidos ou a partir da tensão entre o mesmo e o diferente, entre o parafrástico e o polissêmico é que se contrói o novo ou fila-se a sentidos já existentes.

O uso do termo ‘terrorismo’ na revista ISTOÉ é um gesto de interpretação ideológica, assim como o é o que faz a editorira da revista VEJA, no dizer “O DIA QUE NÃO TERMINOU”. Por meio da interpelação ideológica, é possível identificar o funcionamento da posição - sujeito editoria e o efeito do esquecimento nº 2, ao dizer “x” para não dizer “y”. Segundo Orlandi (1996, p. 13), “é preciso considerar a relação contraditória entre a paráfrase e a polissemia como eixo que estrutura o funcionamento da linguagem”.

Nessa perspectiva, a posição-sujeito editor (autor) é constitutiva da instituição mídia, e, a partir das formações discursiva e ideológica nas quais se inscreve, é possível compreender o ponto de atravessamento e de retorno, no qual se instala o movimento parafrástico e polissêmico do dizer desse sujeito. Esse movimento “representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado” (Orlandi, 2015, p. 345). Daí a produção da polissemia se dar por meio da presença de elementos parafrásticos, na evocação de efeitos diferentes a partir de uma dada matriz de sentido.

Para Orlandi (1997, p. 17), “o funcionamento do silêncio atesta o movimento do discurso que se faz na contradição entre o ‘um’ e o ‘múltiplo’”, enquanto um jogo que “mostra o movimento contraditório, tanto do sujeito quanto do sentido, fazendo-se no entremeio entre a ilusão de um sentido só (efeito da relação com o interdiscurso) e o equívoco de todos os sentidos”. Ao verificar a capa da revista VEJA da edição nº 2036, de 28 de novembro de 2007, constatamos uma reincidência de alguns dos elementos presentes nas capas anteriores,

¹² Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Vandalismo>. Acesso em: 14 jul. 2024.

retomados pelo dizer “RADIOGRAFIA DOS MILITARES”.

Figura 07 – VEJA – Radiografia dos Militares



Fonte: VEJA - novembro de 2007

Numa compreensão a priori, o silêncio não é transparente, pois a linguagem é opaca, o que não significa que esteja vazio de sentido. Na capa em tela, a revista VEJA retoma a memória histórica e discursiva¹³ do período da Ditadura Militar, não apenas mediante que disse, bem como que disse para significar outro dizer, visto que, a figura de um comandante militar aparece como uma sombra, acionando a memória discursiva do período militar.

Do ponto de vista teórico-analítico, cabe destacar que a memória histórica não pode ser confundida com a memória discursiva, isso porque, para Mariani (2001, p. 41) o objetivo da “memória histórica seria, então, o de fixar um sentido sobre os demais (também possíveis) em uma dada conjuntura. [...] à memória estaria reservado o espaço da organização, da linearidade entre passado, presente e futuro”. Por sua vez, para Pêcheux (1983, p. 56, tradução nossa), “a memória é necessariamente um espaço móvel de divisões, disjunções, mudanças e revitalizações, conflitos e regularizações... Um espaço de duplicação, réplicas, polêmicas e contradiscursos”.

Além disso, os dizeres na manchete principal e o enunciado em branco sobre fundo preto criam um contraste que destaca a silhueta de um comandante militar, remetendo aos tempos sombrios da Ditadura Militar e silenciando o que os militares pensam. Assim, o dizer “o que eles pensam sobre o...” silencia vários sentidos que se estabelecem ou não, enquanto o jogo de sombras entre o preto e branco, corrobora para lembrar ou fazer esquecer a Ditadura Militar, enquanto acontecimento discursivo.

“O sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito - ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo ‘outros’ sentidos... Dizer e silenciar andam juntos” (Orlandi, 1996, p. 47). Esse não dizer pode não ser apenas algo que se deixou de dizer, bem como pode ser fazer com que se diga uma coisa, com o objetivo de impedir que se diga outra, caso da censura. É preciso compreender que a significação não caminha em uma linha reta e que, qualquer que seja, o sentido não pode ser mensurável, visto ser disperso e movente,

¹³ “c’est nécessairement un espace mobile de divisions, de disjunctions, de décalages et de reprises, de conflits de régularisations ... Un espace de dedoublements, répliques, polémiques et contre-discours” (Pêcheux, 1983, p. 56).

submetendo-se à formação discursiva. Nessa direção, a compreensão dos não ditos poderia ser outra ordem, ligada a outra formação discursiva.

Cabe lembrar que, “sem considerar a historicidade do texto, os processos de construção dos efeitos de sentidos, é impossível compreender o silêncio” (Orlandi, 1996, p. 45). A historicidade do texto constitui o mecanismo metodológico fundamental para apreender o sentido ou construir os efeitos de sentido a partir do não dito, pois o discurso é uma prática social materialmente situada, atravessada pelas condições históricas e pelas relações sociais de produção. No entanto, a compreensão ou construção dos efeitos de sentido não se dá apenas por meio das marcas linguísticas, mas pela análise crítica das condições de produção, ideológicas e históricas que determinam a produção e circulação dos sentidos no discurso, pois, “quando se trata do silêncio, nós não temos marcas formais, mas pistas, traços” (Orlandi, 1997, p. 46). Essas pistas ou traços são capazes de identificar os efeitos de sentido no silenciamento. Há que se destacar para compreender o silêncio é preciso conhecer o processo de significação que o silêncio põe em jogo, mais do isso, é preciso compreender seus modos de significar.

Segundo Orlandi (1996, p. 46) “se o silêncio está sempre lá, ele é efêmero em face do homem, no que diz respeito à sua observação. Assim, sem teoria não se atinge o seu modo de existência e de funcionamento na significação”. Nessa lógica, o silêncio nem sempre está lá, descortinado aos olhos do observador; se assim o fosse, ele seria meramente sem valor ou de valor transitório para o analista do discurso. Na acepção da referida autora, “há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido” (Idem, 1996, p. 5), o que implica que, embora não haja palavras, o sentido é exigido. Ibidem (1996, p. 12) afirma que “todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer”, ou os efeitos de sentido podem ser outros, diferentes daquilo que se disse ou que se deixou de dizer. Por conseguinte, cabe considerar que “as próprias palavras transpiram silêncio” (Op. Cit. 1996, p. 12), e esse não apenas significa, mas se movimenta, desliza para outros sentidos.

O movimento ou deslizamento de sentido nos enunciados da capa da revista VEJA, na edição em análise, Figura 07, como “o que eles pensam sobre...”, vem seguido de outros dizeres, a exemplo de “...SUCATEAMENTO DO ARSENAL”, “...POPULISMO NA AMÉRICA LATINA”, “...ARMAMENTO DE HUGO CHÁVEZ”, “...COMBATE AO CRIME NAS RUAS”. Cabe observar que a memória discursiva é acionada não apenas em relação à condição estrutural do exército venezuelano, mas também no que se refere ao período da Ditadura Militar no Brasil, como o não dito produzido pela imagem do quepe e o símbolo do Exército presente no chapéu, além da sombra escura de um comandante do Exército brasileiro, retomando a memória do fascismo. Além disso, aqueles dizeres “...SUCATEAMENTO DO ARSENAL”, “...POPULISMO NA AMÉRICA LATINA”, “...ARMAMENTO DE HUGO CHÁVEZ”, “...COMBATE AO CRIME NAS RUAS”, fazem referência à degradação da infraestrutura militar da Venezuela, o que, não significa uma alusão ao regime ditatorial brasileiro, podendo ser reflexo do movimento de sentidos, quando se propõe a falar da estrutura fisiológica do Exército venezuelano, enquanto mobiliza a memória discursiva da Ditadura Militar no Brasil.

Na concepção de Orlandi (1996, p. 12,) “o silêncio é [...] (o fôlego) da significação [...] Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é “um”, para o que permite o *movimento do sujeito*”, diríamos, movimento não só do sujeito, mas também movimento do sentido. Em vista disso, “o sentido não para; ele muda de caminho”, desliza para outro sentido ou, como dito, abre espaço para o que não é um sentido posto ou literalmente definido, mas escamoteado em outros dizeres que constituem sentidos outros. Ao dizer ou não

dizer, dizemos ou não dizemos a partir do silêncio. Para Orlandi (1996), “há silêncio nas palavras; o estudo do silenciamento (que já não é silêncio, mas ‘pôr em silêncio’ nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados” (Orlandi, 1997, p. 12). Nessa circunstância, já não é mais um “modo de estar no silêncio”, mas ser silenciado ou impedido de dizer.

A partir do exposto, há de se reconhecer a distinção feita por Orlandi daquilo que silenciamos ou somos silenciados e isso se constitui a essência desse aporte teórico, na Análise do Discurso”¹⁴:

Fundador não significa aqui “originário”, nem o lugar do sentido absoluto. Nem tampouco que haveria, no silêncio, um sentido independente, autossuficiente, preexistente. Significa que o silêncio é garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio. O silêncio não é, pois, em nossa perspectiva, o “tudo” da linguagem. Nem o ideal do lugar “outro”, como não é tampouco o abismo dos sentidos (Orlandi, 1997, p. 23-24).

Nessa perspectiva, o silêncio fundador seria o não dito, o qual, existe nas palavras, capaz de produzir condições para significar, “é ausência de sons ou de palavras. [...], mas diria que se trata [...] do princípio de toda significação, não é o vazio ou o sem-sentido, ao contrário, ele é o indício de uma instância significativa” (Orlandi 2007, p. 68), por se tratar do apagamento de um sentido, possibilitando a interpelação ou a produção de um novo sentido. O que foi apagado ou silenciado nos recortes analisados ocupa espaços discursivos nesses semanários, de modo que, ao expressar algo, outros sentidos associados são silenciados.

5 Considerações finais

Neste trabalho, analisamos efeitos de sentido produzidos por meio de enunciados e imagens de capas das revistas VEJA e ISTOÉ, tomando por referência os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023. Iniciamos contextualizando a produção de acontecimentos históricos, jornalísticos e discursivos na produção do silêncio e do silenciamento discursivos. Além desses aspectos, foram apresentadas discussões das formas de dizer ou de produzir discursos, bem com as formas de silenciar.

Por meio desse último aspecto, foi possível constatar os efeitos de sentido que as revistas silenciam a partir das relações intersemióticas estabelecidas, ao mobilizar os jogos de cores e seus respectivos contrastes, unidos aos elementos linguísticos. As imagens compõem com os demais elementos, contribuindo para apagar efeitos de sentido negativos que o termo “ditadura” mobiliza. Dito isso, realçamos que há uma distinção entre as formas de silenciar e “de apagar, sendo a primeira eminentemente uma forma de resistência, entre o apagar e o aparecer, enquanto o apagamento é da ordem político-institucional. Nesse sentido, ao apagarem, as revistas se inscrevem em um discurso político-institucional que silencia um dizer para significar outros dizeres, sobre “regime militar” ou “governo militar”.

Esse discurso político-institucionalizado é retomado na revista VEJA de 12 de junho de

¹⁴ [...] o silêncio fundador como o não-dito que é história [...].

2023, cuja manchete principal da capa é “8 de janeiro – O DIA QUE NÃO TERMINOU” reproduz e o deslizamento de sentido por meio da mobilização da memória discursiva com outros discursos, esse deslizamento veicula efeitos de sentido que coadunam com a ideia de que, tal acontecimento constitui um movimento social de revolução, e não um ato de vandalismo ou uma tentativa de golpe de Estado. Por sua vez, a revista ISTOÉ, de janeiro de 2023, veiculou, em sua capa, a manchete “ ‘terrorismo’ – É HORA DE PUNIR”, produzindo um efeito de sentido para o leitor de que só a partir daquele momento o ‘terrorismo’ seria um crime a ser punido, o que implica questionar se antes de 8 de janeiro de 2023 não houve ‘terrorismo’ no Brasil.

A mídia é considerada como um aparelho ideológico de Estado (nos termos definidos por Althusser), visto que exerce um vasto poder de influência sobre os sujeitos e, por meio da interpelação ideológica do indivíduo em sujeito, contribui para que este tome partido no/pelo discurso dominante. Em vista disso, os recortes selecionados e as análises dos processos de produção de sentido, a partir das capas de revistas da VEJA e ISTOÉ, possibilitaram demonstrar as filiações discursivas e ideológicas nas quais a posição-sujeito editorial se inscreve.

Diante desse gesto de interpretação, é preciso, sobretudo, conhecer a exterioridade constitutiva da materialidade discursiva e o modo como os sentidos são materializados nas (e a partir das) capas, sua discursividade intersemiótica, considerando-se um percurso do sentido que está *fora* do dizer publicado nas capas através dos ditos e dos não ditos.

Referências

Achard, P.; Davallon, J.; Durand, J. L.; Pêcheux, M.; Orlandi, E. P. *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas/SP: Pontes, 1999.

Aldé, A. *A construção da política: cidadão comum, mídia e atitude política*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 2001.

Amaral, M. V. B.; Da Silva, S. E. V. Apesar de você: memória, sentido e resistência. *Revista Leitura*, [S. l.], n. 69, p. 98-108, 2021. DOI: 10.28998/2317-9945.202169.98-108. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/9700>. Acesso em: 9 out. 2024.

Courtine, J. J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2009.

Dela-Silva, S. C. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: o discurso sobre a televisão na imprensa brasileira. In: *Anais do IV SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso 1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso*, 2008, p.1-6.

Ducrot, O. *O Dizer e o Dito*. Campinas/SP: Pontes, 1987.

Fonseca, V. C.; Mota, C. L. Memória e acontecimento jornalístico: o caso Malhães. 2014. In: Gómez y Méndez, J. M.; Muros, S. M.; García-Estévez, N.; Cartes-Barroso, M. J. *Derechos humanos emergentes y periodismo/ Gómez y Méndez, J. M.; Muros, S. M.; García-Estévez, N.; Cartes-Barroso, M. J. (coord.)*. Espanha: Sevilla: Equipo de Investigación de Análisis y Técnica de la Información, Departamento de Periodismo II, Universidad de Sevilla, 2015.

Lacan, J. *Le désir et son interprétation*, Séminaire VI, Sténotypie de l'École freudienne, fac-similé en ligne, 1958-1959, Disponível em: www.ecole-lacanianne.org. Acesso em: 23 ago. 2021.

Lagazzi, S. O recorte significativo na memória. In: Indursky, F.; Ferreira, M. C.; Mittmann, S. (org.). *O Discurso na Contemporaneidade*. Materialidades e Fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009.

Guimarães, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas/SP: Pontes, 2002.

Indursky, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: Mittmann, S.; Grigoletto, E.; Cazarin, E. (org.). *Práticas Discursivas e Identitárias*. Sujeito & Língua. Porto Alegre, Nova Prova, PPG-Letras/UFRGS, 2008. (Col. Ensaios, 22).

Mariani, B. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: Orlandi, E. P. (org.). *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas/SP: Pontes, 1993.

Moura, G. C.; Amaral, M. V. B.; Da Silva, S. E. V. Apesar de você: memória, sentido e resistência. *Revista Leitura*, [S. l.], n. 69, p. 98–108, 2021. DOI: 10.28998/2317-9945.202169.98-108. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/9700>. Acesso em: 9 out. 2024.

Orlandi, E. Segmentar ou Recortar. Série Estudos. *Linguística: Questões e Controvérsias*, n 10. Uberaba: Fiube, 1984.

Orlandi, E. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Vigília, 1985.

Orlandi, E. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. *Rua - Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp*. Campinas/SP: Nudecri, n.1, mar. 1995.

Orlandi E. *Interpretação: autoria e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

Orlandi, E. *Terra à vista, discurso de confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

Orlandi, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4. ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997.

Orlandi, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas/SP: Pontes, 1999.

Orlandi, E. Paráfrase e Polissemia - a fluidez nos limites do simbólico, *Revista Rua*, Campinas/SP, 4: 9-19, 1998.

Orlandi, E. Mito e Discurso: observações ao pé da página, *Revista de Antropologia*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais. Vol. 27/28, 1984/1985.

Ota, I. A. S. *A revista Veja e os mecanismos de construção de sentidos*. 2011. Tese (Doutorado em Letras e Linguística: Linguística) - Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2008.

Paveau, M. A. *Les prédiscours*. Sens, mémoire, cognition. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle. 2006. (généré le 05 mai 2019). Disponível em: <<https://books.openedition.org/psn/745>>. Acesso em: 23 jul. 2023>.

Pêcheux, M; Fuchs, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: Gadet, F; Hak, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S Mariani et al. 2. ed. Campinas/SP: UNICAMP, 1993.

Pêcheux, M. Análise Automática do Discurso (1969). Tradução de Eni Orlandi. In: Gadet, F;

Hak, T. (org.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 1997.

Pêcheux, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas/SP: UNICAMP Editora, 1997.

Pêcheux, M. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 7. ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2002.

Pêcheux, M. *Análise de Discurso*. Textos escolhidos por Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas/SP: Pontes, 2012.

Pêcheux, M. Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: Orlandi, E. (org.). *Análise de discurso: Michel Pêcheux, textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi*. Campinas/SP: Pontes, 2011.

Peres, E. R. *Uma análise sobre o discurso da Revista Veja em relação às manifestações de junho de 2013*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pelotas], 2014. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ppgl/files/2018/11/Uma-An%C3%A1lise-Sobre-o-Discurso-da-Revista-Veja-em-Rela%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0s-Manifesta%C3%A7%C3%B5es-de-Junho-de-2013-fe.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2023>.

Soares, A. S. F. O discurso jornalístico e seus rituais. *Revista ECO-PÓS*, v. 10, n. 2, jul/dez, 2007, p. 181-196.

Veyne, P. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora UNB, 1998.

Recebido em: 16/10/2024

Aceito em: 08/01/2025